Crack, corrosão da sociabilidade e inviabilização dos indivíduos

EDISON BARIANI*

Resumo

No mundo atual, o uso intensivo e regular de substâncias entorpecentes, mormente o crack, levou muitos indivíduos à marginalização, exclusão, vulnerabilização e até mesmo à incapacidade de exercer uma vontade livre e racionalmente organizada. A degradação física, mental e social desses indivíduos acarretou uma corrosão e, talvez, uma inviabilização de convivência em termos de sociabilidade, o que impõe a reflexão a respeito da condição social, a capacidade de deliberação e autonomia desses indivíduos, bem como sobre os limites e prerrogativas dos cidadãos e do Estado em termos de responsabilidade pelo cuidado com o outro.

Palavras-chave: Crack; Sociabilidade. Indivíduo; Inviabilização.

Abstract

Nowadays the regular and intensive use of narcotics, especially crack, has led many individuals to marginalization, exclusion, vulnerability and even an inability to exercise free and rational will. The physical, mental and social degradation of these individuals has resulted in corrosion and, maybe, a non-viability of living in terms of sociability, which requires some reflections on social conditions, capacity of deliberation and autonomy by them, as well as some reflections of the limits and prerogatives by citizens and State about responsibility for the care of the other.

Key words: Crack; Sociability; Individual; Inviabilization.

* EDISON BARIANI é Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista, UNESP, Campus Araraquara-SP.

Viciados vagueiam pela noite da Cracolândia. Fonte: <http://colunas.cbn.globoradio.globo.com>

“Não há que ter medo da pobreza nem do desterro, nem do cárcere, Nem da morte. Do que há que ter medo é do próprio medo”.

Epíteto

De modo surpreendente, já estamos nos acostumando à terrível cena de hordas de indivíduos vagando solitários, perdidos, derrotados e vazios pelas ruas das cidades brasileiras. Os tais ‘nóias’, ‘zumbis’, ‘andróides’ – ou algo do que o estupor popular os chame – vasculham o lixo das ruas à procura de latas, vasculham o lixo social à procura de drogas e vasculham o fundo da alma à procura de algum sentido para suas vidas desperdiçadas.

Vidas desperdiçadas, esse é o termo (e o livro) no qual o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2005) aborda o “refugio humano”, os contingentes de indivíduos excluídos pelos processos de globalização. O termo também pode ser usado para tentarmos compreender a

tragédia do crack na sociedade contemporânea que, aproximando-se da ideia de um mal radical, tornou os homens seres supérfluos (ARENDDT, 1989).

O que se nota atualmente é algo assustador: jovens, velhos, ricos, pobres, homens, mulheres, empresários e trabalhadores, muitos, tornaram-se alvo da pavorosa droga que nos deixa (os ainda ‘a salvo’) perplexos frente à prostração dos já atingidos, os quais perderam a tranquilidade, o emprego, a sociabilidade, a família, a renda, a esperança e também o respeito e o sentimento de dignidade por parte dos outros e, pior, por si.

Se no início do século XX os sociólogos – como W. Thomas e F. Znaniecki (2004), em *O campesinato polonês* – criaram conceitos como o de ‘desorganização social’ para entender a quebra da estrutura e dos padrões de socialização, mais tarde, outros tiveram

de criar termos como ‘marginalização’ (para o afastamento dos indivíduos da segurança da vida social, como os pobres, os desempregados, os exilados) e, ao final do século, a ideia de ‘exclusão’ (para se referir aos que não mais faziam parte da sociedade como concebida em sua normalidade, os desatendidos, os inimpregáveis, os miseráveis). Mas o que vemos hoje, principalmente devido ao crack, é um outro modo de degradação social dos indivíduos.

Na sociedade atual as drogas relegaram pessoas a uma condição tão degradada que, muitas vezes, a despeito do questionamento temerário e perigosamente próximo do cinismo, questiona-se se essa é ainda uma condição humana. A sociabilidade – antes diluída e esgarçada pelo preconceito, individualismo, desigualdade, etc. – agora é mesmo ameaçada pela completa falência da capacidade da sociedade de criar e manter a socialização dos indivíduos, algo próximo do que Émile Durkheim (2000), em *O suicídio*, chamou de “anomia”. Também, é grande a frustração pela impotência social de garantir a solidariedade entre os indivíduos, cujos comportamentos automáticos e incapacidade de juízo crítico reduziram-nos a um invólucro quase vazio, um corpo que vaga pelas madrugadas urbanas completamente vulnerável ao assédio do mal e profundamente isolado dos outros seres humanos.

Além dos óbvios problemas de saúde pública, segurança, violência, urbanidade, educação, etc. relacionados a essa condição, cabe ainda questionar uma situação limite, que envolve não só questões relacionadas à vida cotidiana da cidade, mas uma desagradável reflexão ética e política a respeito da

condição dos dependentes químicos, principalmente de crack, na sociedade atual: seriam ou estariam esses indivíduos inviabilizados para a vida social? Até que ponto eles podem ser considerados sujeitos de sua vida e destino? Ou tornaram-se apenas escravos de substâncias e de pessoas que detém o controle e o comércio dessas drogas? Podem eles decidir por sua própria vida estando alijados de uma vontade (‘própria’ e ‘livre’) e baseada em um juízo reflexivo? Um ser eventualmente desprovido de vontade e liberdade de escolha pode ser considerado ainda um sujeito? Seus desejos e ímpetos podem ainda ser acatados? Suas manifestações podem ser ouvidas e respeitadas? Seu desejo pode ou deve ser legítimo? Enfim, sua condição é ainda de um ser humano na sua plenitude?

A única experiência social possível de ser comparada à situação dos atuais viciados em crack não é a dos escravos em qualquer das sociedades nas quais eles existiram, já que mesmo esses escravos, geralmente considerados como ‘coisas’, passíveis de serem comprados, vendidos, conquistados ou roubados, ainda nessas condições se mantiveram uma situação existencial de ter o corpo cativo, mas serem ainda donos uma vontade manifesta ou latente que, ainda que frustrada em suas ações, era ‘livre’ em seu pensamento e desejo íntimos.

Daí as palavras de Epicteto (apud ARRIANO, 2008, p. 9), escravo em Roma, mas livre em seus pensamentos: “Entre as coisas, algumas estão sob nosso controle, outras não. Estão sob nosso controle o juízo, a escolha, o desejo, a repulsa – em uma palavra: quantas são as nossas obras”. Assim, o corpo escravizado ainda mantém uma liberdade ‘interior’ e uma vontade

subjetivamente intacta, uma vez que o aprisionamento e controle do corpo não pode subjugar o espírito. De posse dessa vontade, Epicteto cria ser possível comandar aspectos da vida, já que, segundo ele, nas palavras de um comentarista:

Não estão sob nosso controle as coisas que os homens consideram bens ou males (mas que não são, na verdade, nem bens nem males). Mas estão sob nosso controle aquelas coisas que nos permitem transformar em bens ou males as coisas que não estão sob nosso controle. (ARRIANO, 2008, p. 9).

Se a liberdade do pensamento pode extrapolar o cativo do corpo, entretanto, a escravidão da mente pode submeter o corpo espacialmente 'livre', não obstaculizado fisicamente. Aí o corpo submetido torna-se o próprio cárcere de uma mente subjugada, que não só não consegue mais escapar, mas que não consegue nem ao menos querer escapar. No caso dos dependentes de drogas, o que era o cativo da vontade torna-se seu túmulo.

O caso possível de ser analisado é dos prisioneiros dos campos de concentração nazistas na Segunda Guerra Mundial, vítimas do totalitarismo que lhes privava da condição de ser humano, ao ponto do escritor e sobrevivente Primo Levi (1998) perguntar em seu livro de mesmo nome: *É isto um Homem?*

A questão se coloca novamente, são os viciados em crack ainda homens, seres humanos? Ou a degradação física, social, profissional, existencial os tornou algo inferior à plena condição humana? A corrosão dos fundamentos da moralidade promovida pela droga os tornou meros fantoches das reações químicas que se passam em seu cérebro, escravos de uma compulsão que lhes

veda o exercício do pensamento, da vontade e da liberdade? Esses indivíduos supérfluos, tomados como a escória, o refugio, alheios ao mundo podem ainda decidir sobre suas vidas e se relacionar em sociedade? Ou a desumanização de sua existência teria levado à inviabilização desses homens para a plenitude da vida social?

Os prisioneiros dos campos de concentração, ainda, poderiam alegar a seu favor que, para a retomada da vida ativa, o que os continham e deveriam ser arrancados eram as correntes, as grades, os arames farpados, os muros, os guardas e as armas, mas, fora dali, uma vez soltos, estavam livres dessas amarras e prontos para exercer sua vontade e sua liberdade – e, felizmente, alguns até o fizeram.

Já os viciados em crack não desfrutam dessa possibilidade, pois suas grades, muros e arames farpados são seu próprio corpo, bem como seus guardas armados são seu próprio cérebro, que não só os engana, os contém, os escraviza, também evita que pensem, queiram e decidam sobre sua condição e destino. O desespero da existência, a despeito de S. Kierkegaard (1979), em *O desespero humano*, não é mais algo relacionado à angústia da escolha à deriva, é agora, para esses indivíduos, o desespero de não poder fazer escolhas, já que estão exilados do território da vontade.

Numa imagem surpreendentemente atual, o desfile fúnebre de seres vazios, esqueléticos, degradados e, talvez, inviáveis, em nossas ruas atualmente, aproxima-se do que Hannah Arendt (2008), em *Compreender*, descreveu como “a imagem do inferno”, a visão dos seres dos campos de concentração nazistas na Segunda Guerra Mundial. Para ela, “a imagem do inferno que se refletia nos olhos triunfantes de

Lúcifer” poderia ser assim descrita:

[...] todos morreram juntos, novos e velhos, fracos e fortes, doentes e sadios; não como pessoas, não como homens e mulheres, crianças e adultos, meninos e meninas, bons e maus, bonitos e feios – mas reduzidos ao mínimo denominador comum da simples vida biológica, mergulhados no mais negro e fundo abismo da igualdade primal, como gado, como matéria, como coisas sem corpo nem alma, nem como uma fisionomia em que a morte pudesse imprimir seu selo. É nessa monstruosa igualdade sem fraternidade nem humanidade – igualdade que poderia ser dividida com cães e gatos – que vemos, como num espelho, a imagem do inferno. (ARENDRT, 2008, p. 227).

É assustadoramente próximo do que vemos hoje nas noites urbanas. Isto deve permear todas as reflexões e decisões sobre políticas públicas, de saúde, segurança, etc. A salvação desses indivíduos, talvez inviáveis, passa pelo urgente enfrentamento do problema, que depende hoje da vontade dos que ainda têm vontade, da nossa decisão, dos que ainda podem opinar e deliberar, da liberdade dos que ainda estão livres, pois logo podemos estar também prisioneiros em nossas casas, temendo a companhia dos outros pelos quais não decidimos e não nos responsabilizamos. Se esses indivíduos ainda puderem exercer seu arbítrio ou vontade, temos de ouvir seus gritos e apoiar sua luta; se já estiverem exilados em seu mundo de obediência cega aos impulsos químicos, inviáveis, cabe, muito mais, que assumamos o nosso destino de tornar a salvação, para eles, um fato, não uma ilusão perdida.

Poderia ou deveria a família ou o Estado tutelar tais indivíduos cuja vontade está submetida à sua condição de dependência química e psíquica? É

possível resgatar uma alma, uma vida, que não manifesta o desejo de recomposição social? O ímpeto, o apetite voraz e primal por uma substância e todo ritual de degeneração social que a cerca podem (ou devem) ser respeitados como um outro tipo de ‘vontade’, ainda que espúria, mas efetiva, e esses indivíduos serem deixados à sua própria condição? Isso seria um respeito à sua manifestação ou um conveniente desprezo pela sua debilidade?

Óbvio que essas não são questões que devem ficar meramente a cargo de considerações jurídicas, criminais ou de saúde pública, são reflexões que, inevitavelmente, tocam na essência do que é um ser humano, qual sua condição e estatuto, o que pode o indivíduo em relação à sociedade, e o que pode e deve a sociedade em relação ao indivíduo. Questões que a sociologia se colocava no âmbito da comunidade, da sociedade, dos grupos, do Estado, mas agora, envolvem diretamente o estatuto de autonomia dos indivíduos e sua relação com a capacidade de querer, deliberar, escolher e decidir, bem como a relação dessas faculdades com a racionalidade possível dessas escolhas e suas implicações.

Num mundo marcado pelo individualismo possessivo, pela noção pervertida de direitos como privilégios que nos concedemos a despeito das consequências na vida de outrem, de falsa autonomia dos sujeitos veiculada pela hipertrofia da noção de mercado como ambiente supostamente livre e competitivo no qual as escolhas podem ser feitas, a espinhosa e relegada questão da inviabilidade ou não dos indivíduos é ainda um tabu, bem como as questões da degradação social e suas consequências, da capacidade de deliberação, do respeito à manifestação

(ainda que degradante) em contraposição à defesa da dignidade de outrem e da responsabilidade pela vida social como um todo e dos indivíduos fragilizados.

Todavia, o que se ouve e se lê são manifestações entre o desprezo e a tutela, entre a complacência e a repressão, entre o discurso vazio da liberdade animalesca e a retórica higienista da limpeza urbana e social. Enquanto isso, esses contingentes de indivíduos, simultaneamente vulneráveis e ameaçadores, estão à disposição da instrumentalização criminal, do interesse imobiliário, da indústria de milagres alopatícos e espirituais, da experimentação psicológica e sociológica, e, talvez, em pouco tempo, da mobilização espúria desses na competição político-eleitoral, o que seria o pior dos mundos possíveis.

O que talvez acenda o curtíssimo pavio da explosiva situação que vivemos, e cujo estouro levará consigo a vida dos que sofrem a degradação imposta pelo crack, muitas das vidas de outros (como nós) que se tornam vítimas das outras vítimas, além da esperança de todos nós. Lamentável. Mas ainda possível de ser evitado.

Nesse horizonte social, lembrando as palavras de Ernst Bloch (2005, p. 13): “Muitos se sentem confusos e nada mais. O chão balança, eles não sabem por que nem de quê. Esse seu estado é de angústia. Tornando-se mais definido, é medo”. Que então o medo de ter medo não nos torne refém de nosso próprio medo. Já que há sempre um vigor de

esperança, e: “O que importa é aprender a esperar. O ato de espera não resigna: ele é apaixonado pelo êxito em lugar do fracasso”. Se “Pensar significa transpor” (BLOCH, 2005, p. 14), cabe refletir sobre tais questões sem medo de deslustrar o verniz acadêmico pela aspereza do tema.

Referências

- ARENDETT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1972. (Debates, 64).
- _____. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. **Responsabilidade e julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. **Compreender: formação, exílio e totalitarismo**. Ensaios (1930 – 1954). São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARRIANO, Flávio. **O manual de Epicteto**. Tradução do texto grego e notas Aldo Dinucci. Textos de Aldo Dinucci. São Cristóvão. Universidade Federal de Sergipe, 2008.
- BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. v. 1
- DURKHEIM, E. **O suicídio**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KIERKEGAARD, S. A. **Diário de um Sedutor; Temor e Tremor; O Desespero Humano**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- LEVI, P. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- THOMAS, W. I.; ZNANIECKI, F. **The polish peasant in Europe and America**. New York: Dover, 2004. v. 1.